

Instituto CPFL

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores do  
Instituto CPFL  
Campinas - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto CPFL (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CPFL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Marcio José dos Santos  
Contador CRC 1SP252906/O-0

**Instituto CPFL**  
**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.008.966	817.008
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	1.425.268	277.767
Outros tributos a compensar		408	13.122
Outros créditos	5	194.683	184.843
<b>Total do circulante</b>		<b>2.629.324</b>	<b>1.292.740</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	6	14.113	20.641
Intangível	7	9.348	18.815
<b>Total do não circulante</b>		<b>23.461</b>	<b>39.456</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.652.785</b>	<b>1.332.196</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>			
<b>Circulante</b>			
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	1.425.268	277.767
Obrigações estimadas com pessoal	10	270.125	247.798
Fornecedores	8	173.277	103.502
Obrigações tributárias	9	45.264	44.897
<b>Total do circulante</b>		<b>1.913.934</b>	<b>673.964</b>
<b>Não circulante</b>			
Entidade de previdência privada		301	182
<b>Total do não circulante</b>		<b>301</b>	<b>182</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Superávits acumulados	12	738.550	658.051
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>738.550</b>	<b>658.051</b>
		<b>2.652.785</b>	<b>1.332.196</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto CPFL**  
**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas</b>			
Doações e contribuições	13	9.313.800	3.711.704
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	11	1.833.088	881.335
Trabalho Voluntário	14	277.411	283.684
Outras Gratuidades	14	148.500	105.000
		<b>11.572.799</b>	<b>4.981.722</b>
<b>Custo de Despesas Operacionais</b>			
<b>Com Programas (Atividades)</b>			
Doações - COVID19	1.2	(6.000.000)	-
Gratuidades concedidas (Projetos Incentivados)	11	(1.831.885)	(881.273)
Trabalho Voluntário	14	(277.411)	(283.684)
Outras Gratuidades	14	(148.500)	(105.000)
		<b>(8.257.795)</b>	<b>(1.269.957)</b>
<b>Despesas Gerais Operacionais</b>			
<b>Administrativas</b>			
	15		
Salários		(2.083.156)	(2.288.204)
Encargos Sociais		(427.677)	(391.361)
Serviços Gerais		(677.116)	(1.011.484)
Depreciação e Amortização		(16.832)	(16.832)
Impostos e Taxas		(5.253)	(423)
Outras Despesas Operacionais		(36.368)	(66.438)
		<b>(3.246.403)</b>	<b>(3.774.742)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	16	34.925	29.114
Despesas financeiras	16	(21.824)	(3.536)
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	16	(1.203)	(62)
		<b>11.898</b>	<b>25.516</b>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>		<b>80.500</b>	<b>(37.460)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto CPFL**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Superávit (Déficit) do exercício</b>	80.500	(37.460)
<b>Outros resultados Abrangentes</b>	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>80.500</u></u>	<u><u>(37.460)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Instituto CPFL**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Em Reais)

	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)</b>	<b>695.511</b>	<b>695.511</b>
Déficit do exercício	(37.460)	(37.460)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>658.051</b>	<b>658.051</b>
Superávit do exercício	80.500	80.500
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>738.550</b>	<b>738.550</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Instituto CPFL**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e de 2019**  
 (Em Reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Superávit (Déficit) do Exercício</b>	<b>80.500</b>	<b>(37.460)</b>
<b>Ajustes para conciliar o superávit ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	16.832	16.832
	<b>97.332</b>	<b>(20.628)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Recursos/ Doações a receber	119.614	(119.614)
Tributos a compensar	13.122	(5.394)
Outros ativos operacionais	(129.454)	(40.774)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	92.177	(50.608)
Outros tributárias	(40)	585
Previdência privada	(22.402)	1.355
Outros passivos operacionais	22.445	33.709
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>192.794</b>	<b>(201.369)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Adições de intangível	(836)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(836)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	191.958	(201.369)
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>817.008</b>	<b>1.018.378</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.008.966</b>	<b>817.008</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**INSTITUTO CPFL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

*(Valores expressos em Reais – “R\$”, exceto quando especificadamente indicado)*

**( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto CPFL. (“Instituto” ou “Entidade”), fundada em 22 de dezembro de 2004, é uma associação de fins não econômicos, sem fins lucrativos, constituída com o objetivo social a promoção da cultura, da educação, da saúde e do esporte nas comunidades em que atua.

As pessoas jurídicas associadas ao Instituto CPFL em 2020 são:

- Companhia Paulista de Força e Luz
- Companhia Piratininga de Força e Luz
- RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
- Companhia Jaguari de Energia
- CPFL Comercialização Brasil S.A.
- CPFL Geração de Energia S.A.
- CPFL Energia S.A. (\*)
- CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A. (\*)

(\*) Empresas associadas que não contribuíram de forma ordinária em 2019 e 2020, mas que contribuíram de forma extraordinária para o combate a COVID-19 durante 2020.

As atividades do Instituto são financiadas através das contribuições feitas pelas pessoas jurídicas associadas. O Instituto também possui parceria com entidades governamentais para desenvolvimento de projetos culturais, esportivos e sociais. Nesses casos, os recursos são liberados pelos órgãos governamentais e o Instituto é responsável pela sua aplicação que, ao final de cada projeto, é realizada a prestação de contas dos gastos incorridos.

Para administração de suas atividades, o Instituto CPFL possui a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, órgão soberano de vontade social, constituído por todas as associadas quites com seus deveres sociais;
- b. Conselho de Administração, composto por até 7 (sete) membros, entre os quais seu Presidente e Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral para cumprir mandatos de dois anos, podendo ser reeleitos
- c. Diretor Superintendente, eleito pelo Conselho de Administração, que exercerá as atribuições estatutárias estabelecidas pelo Conselho de Administração
- d. Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros para cumprir mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A sede do Instituto está localizada na Rua Jorge Figueiredo Correa, nº 1.632 – Chácara Primavera – Campinas – SP – Brasil.

**1.2 Impactos da COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constantes estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de *home office*, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação de eventuais renegociações nas contribuições das empresas associadas, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações foram necessárias devido a suspensão das atividades presenciais do Instituto em virtude da pandemia.

O efeito financeiro e econômico para o Instituto ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. O Instituto CPFL continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras.

Em virtude da pandemia algumas empresas do Grupo CPFL fizeram uma contribuição adicional e não recorrente de R\$ 6.000.000, que provocou impacto positivo na frente de trabalho “CPFL nos Hospitais”.

As empresas do Grupo CPFL que em 2020 doaram para o combate à COVID-19 são:

- CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimentos Ltda.
- Companhia Jaguari de Energia
- CPFL Eficiência Energética Ltda.
- Companhia Piratininga de Força e Luz
- CPFL Geração de Energia S.A.
- CPFL Comercialização Brasil S.A.
- CPFL Energia S.A.
- CPFL Serviços, Equipamentos Indústria e Comércio S.A.
- RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.
- Companhia Paulista de Força e Luz

O Grupo CPFL, por meio do Instituto CPFL, doou R\$ 6.000.000 as instituições que participam do “Programa CPFL nos Hospitais – Especial COVID-19” sendo que R\$ 1.000.000 foi direcionado ao Programa “Salvando Vidas”, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para apoiar as ações no enfrentamento da pandemia e, R\$ 5.000.000 foram doados na forma de insumos a 20 hospitais. Ao todo foram doados 43.875 kits de testes rápidos, 112.121 litros de álcool em gel e 250.000 máscaras (\*).

(\*) Dados não auditados.

## **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" ("ITG 2002"), combinada com a NBC TG 1000 ("CPC PME") - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente das quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2021. Após a sua emissão, somente os Conselhos de Administração e Fiscal têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade estão apresentadas nas notas explicativas 3.1 a 3.7.

## **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Pequenas e Médias Empresas exige que o Conselho de Administração do Instituto faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, o Conselho de Administração do Instituto revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Instituto é o Real. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em reais apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Mudança nas principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME).

Desde 1º de janeiro de 2018 uma série de novas normas contábeis entraram em vigor, tais como o CPC 47 - Receitas e o CPC 48 - Instrumentos financeiros, as quais, entretanto, não surtiram efeitos sobre a Seção 23 – Receitas, Seções 11 e 12 - Instrumentos financeiros da NBC TG 1000 que permaneceram inalteradas.

## **( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

### **3.1 Receitas e despesas**

As receitas das contribuições são registradas mensalmente por ocasião do efetivo orçamento anual aprovado. As receitas são provenientes da contribuição de empresas do Grupo CPFL que são associadas ao Instituto CPFL. As despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

#### **– Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os instrumentos financeiros do Instituto estão representados por caixa e equivalente de caixa. Estes instrumentos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

#### - Passivos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos são reconhecidos a partir da data em que o instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de passivos financeiros. Os instrumentos financeiros passivo do Instituto compreendem passivos financeiros como fornecedores. Os instrumentos financeiros passivos são mensurados pelo método do custo amortizado.

### 3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para o Instituto e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anual média de 16,67%, levando em consideração a vida útil estimada dos Equipamentos de Informática.

### 3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software. O custo de reposição de um componente do intangível é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para o Instituto e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada linearmente, a taxas anual média de 20%, levando em consideração a vida útil estimada das Licenças e Softwares e adicionalmente avaliamos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

A amortização é calculada linearmente, a taxas anual média de 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos softwares.

### 3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### 3.6 Apuração do déficit ou superávit

O superávit (déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio líquido em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1).

### 3.7 Receitas e despesas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida os custos também no resultado do exercício. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores salariais proporcionais as horas dedicadas ao trabalho voluntário.

#### ( 4 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos bancários	52.486	70.001
Aplicações financeiras (a) + (b)	956.480	747.008
	<u><b>1.008.966</b></u>	<u><b>817.008</b></u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs e Operações Compromissadas com lastro de terceiros (Debêntures) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente média de 100% do CDI para CDB e 70% para Operações Compromissadas (100% do CDI em 2019).
- b) Conforme ata do Conselho de Administração realizado na data de 18 de abril de 2019, foi aprovado a criação de um fundo de reserva para o ano de 2019 no montante de R\$ 206.197 para manutenção de despesas correntes do Instituto.

#### ( 5 ) OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos - Fundação Vivest	174.736	30.520
Adiantamentos a funcionários	19.947	34.708
Recursos de Doações a receber	-	119.614
<b>Total</b>	<u><b>194.683</b></u>	<u><b>184.843</b></u>

Os valores de Recursos e doações a receber referem-se às contribuições anuais devidas pelas entidades associadas relativas ao mês de dezembro de 2019 que não haviam sido liquidadas.

**( 6 ) IMOBILIZADO**

	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2018 (não auditado)</b>	<b>27.170</b>	<b>27.170</b>
Custo histórico	39.171	39.171
Depreciação acumulada	(12.001)	(12.001)
Depreciação	(6.529)	(6.529)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>20.641</b>	<b>20.641</b>
Custo histórico	39.171	39.171
Depreciação acumulada	(18.530)	(18.530)
Depreciação	(6.529)	(6.529)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>14.113</b>	<b>14.113</b>
Custo histórico	39.171	39.171
Depreciação acumulada	(25.058)	(25.058)
<b>Taxa média de depreciação 2020</b>	<b>16,67%</b>	

**Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

**Vida útil**

Ao final do exercício de 2020 e 2019, a Entidade revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

**( 7 ) INTANGÍVEL**

	<b>Softwares</b>	<b>Em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31/12/2018 (não auditado)</b>	<b>29.119</b>	<b>-</b>	<b>29.119</b>
Custo histórico	51.519	-	51.519
Amortização acumulada	(22.400)	-	(22.400)
Amortização	(10.304)	-	(10.304)
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>18.815</b>	<b>-</b>	<b>18.815</b>
Custo histórico	51.519	-	51.519
Amortização acumulada	(32.703)	-	(32.703)
Adições	-	836	836
Amortização	(10.304)	-	(10.304)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>8.511</b>	<b>836</b>	<b>9.348</b>
Custo histórico	51.519	836	52.355
Amortização acumulada	(43.007)	-	(43.007)
<b>Taxa média de amortização 2020</b>	<b>20,00%</b>		



## **( 8 ) FORNECEDORES**

O Instituto apresenta saldo de R\$ 173.277 (R\$ 103.502 em 2019) principalmente referente a gestão de projetos sociais.

## **( 9 ) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
INSS a recolher	29.605	29.459
FGTS a recolher	13.315	11.727
Retenções	-	1.571
Programa de integração social - PIS	2.265	1.993
COFINS sobre receitas financeiras	69	127
PIS sobre receitas financeiras	11	21
<b>Total</b>	<b><u>45.264</u></b>	<b><u>44.897</u></b>

## **( 10 ) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS COM PESSOAL**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão de Férias e Encargos	219.547	179.539
Imposto de renda retido na fonte	36.161	33.506
Contribuição INSS	7.348	7.217
Previdência Privada	-	22.402
Empréstimo Consignado	6.840	4.921
Seguro de vida	228	213
<b>Total</b>	<b><u>270.125</u></b>	<b><u>247.798</u></b>

**( 11 ) GRATUIDADES RECEBIDAS – PROJETOS INCENTIVADOS**

O Instituto reconhece um ativo e um passivo, no mesmo valor, no momento do recebimento do recurso para projeto, cujos montantes são realizados pelo princípio contábil da competência.

<b>Projeto Audiovisual</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Recurso Projeto Audiovisual II	273.278	1.113.983
Atualização Financeira	651	18.855
Despesas Financeiras	(1.203)	(62)
Valores utilizados Proj. Aud. II	(272.616)	(855.009)
Devolução valor residual MINC/FUNDO NACIONAL DE CULTURA	(109)	-
<b>Saldo ativo/passivo</b>	<b>-</b>	<b>277.767</b>
Impostos retidos a recolher	-	(4.489)
<b>Valor disponível</b>	<b>-</b>	<b>273.278</b>

<b>Plano anual de atividades</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Recurso Plano anual de atividades	2.973.893	-
Atualização Financeira	10.644	-
Despesas Financeiras	-	-
Valores utilizados Plano anual de atividades	(1.559.269)	-
<b>Saldo ativo/passivo</b>	<b>1.425.268</b>	<b>-</b>
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Impostos retidos a recolher	-	-
<b>Valor disponível</b>	<b>1.425.268</b>	<b>-</b>

**Valores reconhecidos no resultado do Exercício**

<b>Gratuidades recebidas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Valores recebidos Proj. Audiovisual II	273.820	855.071
Valores recebidos Plano anual de atividades	1.559.269	-
Adiantamento a Fornecedores	-	26.265
	<b>1.833.088</b>	<b>881.335</b>
<b>Gratuidades concedidas</b>		
Valores utilizados Proj. Audiovisual II	(272.616)	(881.273)
Valores utilizados Plano anual de atividades	(1.559.269)	-
	<b>(1.831.885)</b>	<b>(881.273)</b>
Despesas Financeiras Proj. Audiovisual II	(1.203)	(62)
	<b>(1.833.088)</b>	<b>(881.335)</b>

Os valores registrados como projetos incentivados são reconhecidos a partir do momento da aprovação e do recebimento dos valores de cada projeto na conta movimento do Instituto e, neste momento, um passivo é registrado no mesmo valor tendo em vista a obrigação de prestar contas dos montantes recebidos para execução do projeto. A realização é registrada pelo princípio da competência. Adicionalmente, a Entidade possui valores depositados na conta captação do Ministério da Cultura em nome da Entidade, mas que não foram registrados nas demonstrações financeiras, no montante de R\$ 383.668 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.973.893 em 31 de dezembro de 2019), cujos valores não estão no controle do Instituto e, consequentemente, não há a obrigação de que haja uma obrigação a ser reconhecida para prestação de contas.

## Projeto Audiovisual II:

O Projeto Programação Audiovisual tem como objetivos preservar, produzir e difundir um grande e diversificado catálogo de vídeos culturais que abordem a pluralidade da cultura contemporânea.

Objetivos e resultados específicos:

- Preservação de acervo audiovisual
- Difusão de acervo e criação de novos produtos/conteúdos audiovisuais
- Distribuição de conteúdo audiovisual
- Aplicativo Instituto CPFL Play

## Plano Anual de Atividades:

O Plano Anual de atividades do Instituto CPFL 2020 tem como objetivo, além da manutenção da entidade, a execução das atividades por ela realizadas, como a produção, manutenção e difusão de novos e já existentes conteúdos audiovisuais da cultura contemporânea.

Objetivos:

- Preservação do acervo audiovisual
- Criação de novos conteúdos audiovisuais
- Difusão de conteúdo audiovisual

## ( 12 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Instituto é constituído pelo superávit acumulado de R\$ 738.550 composto por superávit do exercício de 2020 no montante de R\$ 80.500 e superávit de R\$ 658.051 de exercícios anteriores.

O Estatuto Social do Instituto CPFL prevê que em caso de dissolução da Entidade, os bens e haveres remanescentes depois de liquidado o passivo serão revertidos para uma instituição congênere ou, na sua falta, entidade pública conforme for fixado pela Assembleia Geral. Caso o Instituto, por ocasião da sua dissolução, esteja qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) nos termos da Lei Federal 9.790/99, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

## ( 13 ) RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

A receita do Instituto é proveniente das doações realizadas por empresas do Grupo CPFL Energia.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Companhia Paulista de Força e Luz	2.326.630	1.216.942
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.014.482	867.361
CPFL Geração Energia S.A.	926.482	500.026
Companhia Piratininga de Força e Luz	913.659	530.462
CPFL Comercialização Brasil S.A.	867.510	377.986
CPFL Energia S.A.	790.000	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria E Comércio S.A.	780.000	-
Companhia Jaguari de Energia	365.037	218.426
CPFL Eficiência Energética Ltda.(*)	250.000	-
CPFL Atende Centro De Contatos E Atendimentos Ltda.(*)	80.000	-
Outras Doações	-	500
<b>Total Geral</b>	<b>9.313.800</b>	<b>3.711.704</b>

(\*) Empresas não associadas que contribuíram de forma extraordinária ao combate da COVID-19.

Dos valores recebidos proveniente das doações em 2020, R\$ 6.000.000 foram revertidos a doação para o combate a COVID-19 conforme nota (1.2).

Empresas do Grupo CPFL que efetuaram doações para o combate a COVID-19:

	<b>2020</b>
Companhia Paulista de Força e Luz	1.240.000
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.240.000
CPFL Energia S.A.	790.000
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria E Comércio S.A.	780.000
CPFL Comercialização Brasil S.A.	530.000
CPFL Geração Energia S.A.	480.000
Companhia Piratininga de Força e Luz	440.000
CPFL Eficiência Energética Ltda.(*)	250.000
Companhia Jaguari de Energia	170.000
CPFL Atende Centro De Contatos E Atendimentos Ltda.(*)	80.000
<b>Total Geral</b>	<b>6.000.000</b>

(\*) Empresas não associadas que contribuíram de forma extraordinária ao combate da COVID-19.

#### **( 14 ) TRABALHOS VOLUNTÁRIOS E OUTRAS GRATUIDADES**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Contábil e Fiscal	87.500	111.431
Recursos Humanos	68.823	66.251
Tesouraria	47.263	65.185
Suprimentos & Infraestrutura	58.847	27.856
Juridico	14.977	8.640
Controladoria	-	4.320
Conselho Fiscal e Administração	148.500	105.000
<b>Total</b>	<b>425.911</b>	<b>388.684</b>

#### **Conciliação com os valores da demonstração de resultados**

Trabalho voluntário	277.411	283.684
Outras Gratuitades	148.500	105.000
	<b>425.911</b>	<b>388.684</b>

O Critério para estimativa dos trabalhos voluntários e outras gratuidades são mensuradas por meio de horas utilizadas (área/ processos) ou requeridas pelo Instituto, multiplicado pelo preço médio praticado no Grupo CPFL se fosse cobrado.

**( 15 ) DESPESAS OPERACIONAIS**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	2.083.156	2.288.204
Encargos	427.677	391.361
Impostos e Taxas	5.253	423
Prestação de Serviços	218.667	607.614
Publicidade e Propaganda	458.450	403.870
Depreciação e Amortização	16.832	16.832
Outras Despesas Operacionais	36.368	66.438
	<u><b>3.246.403</b></u>	<u><b>3.774.742</b></u>

**( 16 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Receitas</b>		
Renda de aplicações financeiras	36.510	30.190
PIS e COFINS sobre outras receitas financeira	(1.703)	(1.420)
Outras receitas financeiras	119	344
<b>Total</b>	<u><b>34.925</b></u>	<u><b>29.114</b></u>
<b>Despesas</b>		
Multa e juros	(651)	(210)
Imposto sobre operações financeiras	(21.173)	(3.326)
Gratuidades recebidas (Projetos Incentivados)	(1.203)	(62)
<b>Total</b>	<u><b>(23.028)</b></u>	<u><b>(3.598)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><u><b>11.898</b></u></u>	<u><u><b>25.516</b></u></u>

**( 17 ) SEGUROS**

A Entidade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000.000	203.000.000
Pessoas	3.373.610	2.997.712
	<u><b>153.373.610</b></u>	<u><b>205.997.712</b></u>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

**( 18 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, conseqüentemente, não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

## **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Entidade opera com instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

### **Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para os instrumentos financeiros do grupo de “Empréstimos e recebíveis”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente fornecedores, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 11.39 do CPC PME para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

### **Gestão de riscos financeiros**

A Entidade segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

### **Risco de liquidez**

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

## **( 19 ) RENÚNCIA FISCAL**

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza); e,
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

A Entidade não tem a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

O Instituto será isento de pagamento de tributos, exceto quanto às retenções de Imposto Sobre Serviços (ISS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre serviços contratados, para auxílio de sua operação, de acordo com o previsto no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 9.537/97 e do artigo 10º da Lei 9.718/98.

## **( 20 ) EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em janeiro de 2021 a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo publicou as Resoluções nº3 e nº4 (DOE 15.01.2021) que proíbem a utilização dos recursos de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) para serem destinados a apoio financeiro de projetos culturais credenciados no âmbito do Programa de Ação Cultural - PAC, instituído pela Lei 12.268, de 20 de fevereiro de 2006 e também para projetos desportivos credenciados no âmbito do Programa de Incentivo ao Esporte, nos termos do § 2º do art. 16 da Lei 13.918-2009.

Embora estes vetos tenham causado um impacto negativo no orçamento de verba incentivada de instituto de 2021 no valor de R\$3.500.000, pelo fato da entidade trabalhar com modelo de aporte bianual, os vetos não impactarão a programação de 2021 mas certamente afetarão a programação de 2022.

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**GUSTAVO ESTRELLA**  
Presidente

**GUSTAVO GACHINEIRO**  
Vice-Presidente

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Conselheiro

**EDUARDO SARON NUNES**  
Conselheiro

---

**CONTABILIDADE**

---

**LEANDRO FERNANDES PINTO**

Contador

CRC SC-033378/O-1